



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITOBI

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI COMPLEMENTAR Nº 118, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS JUNTO AO QUADRO DE SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITOBI.

JOAQUIM CÂNDIDO FILHO, Prefeito do Município de Itobi, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Itobi aprovou e ele **SANCIONA** e **PROMULGA** a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam criados, junto ao quadro de servidores efetivos desta Prefeitura, os seguintes cargos, a saber:

- **01 (um) cargo de PSICÓLOGO ESCOLAR**: com carga horária de **40 (quarenta) horas semanais**, em conformidade com a necessidade e determinações superiores, com vencimento base de **R\$ 2.271,61 (dois mil, duzentos e setenta e um reais e sessenta e um centavos)**.

PSICÓLOGO ESCOLAR	
SETOR/ DEPARTAMENTO:	Código do cargo:
EDUCAÇÃO	
DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO	
Integrar equipes multiprofissionais da rede pública de educação básica para atender necessidades e prioridades definidas pela política de educação, inclusive considerando as diretrizes da rede pública de educação básica e o projeto político-pedagógico dos respectivos estabelecimentos de ensino.	
DESCRIÇÃO DETALHADA DAS FUNÇÕES	
<ul style="list-style-type: none">- assegurar o direito de acesso e de permanência na escola;- garantir condições de pleno desenvolvimento do estudante;- atuar em processos de ingresso, regresso, permanência e conclusão dos estudos do estudante;- ampliar e fortalecer a participação familiar e comunitária em projetos oferecidos pelo sistema de ensino;- viabilizar o direito à educação básica dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, jovens e adultos, pessoas em privação de liberdade, estudantes internados para tratamento de saúde por longo período;- promover a valorização do trabalho de professores e de demais trabalhadores da rede pública de educação básica;- propor estratégias de intervenção em dificuldades escolares relacionadas a situações de violência, uso abusivo de drogas, gravidez na adolescência, vulnerabilidade social;- acompanhar famílias em situações de ameaça, violações de direitos humanos e sociais;- articular a rede de serviços para assegurar proteção de mulheres, crianças, adolescentes, idosos, vítimas de violência doméstica, de intimidação sistemática (bullying);- oferecer programas de orientação e apoio às famílias mediante articulação das áreas de educação, saúde, assistência social;- monitorar o acesso, a permanência e o aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda;- incentivar o reconhecimento do território no processo de articulação do estabelecimento de ensino e demais instituições públicas, privadas, organizações comunitárias locais e movimentos sociais;- promover ações de combate ao racismo, sexismo, LGBTfobia, discriminação social, cultural, religiosa;- estimular a organização estudantil em estabelecimentos de ensino e na comunidade por meio de grêmios, conselhos, comissões, fóruns, grupos de trabalhos, associações, federações e demais formas de participação social;- contribuir para fortalecer a gestão democrática das instituições de ensino.- divulgar o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto da Igualdade Racial, o Estatuto da Juventude, a legislação social em vigor e as políticas públicas, contribuindo para a formação e o exercício da cidadania do estudante e da comunidade escolar;- acompanhar o adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas e a respectiva família na consecução de objetivos educacionais;- fortalecer a cultura de promoção da saúde física, mental, social, sexual, reprodutiva;- apoiar o preparo básico para inserção do estudante no mundo do trabalho e na formação profissional continuada;	



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITOBI

ESTADO DE SÃO PAULO

- contribuir na formação continuada de profissionais da educação.
- subsidiar a elaboração de projetos pedagógicos, planos e estratégias a partir de conhecimentos da Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem;
- participar da elaboração, execução e avaliação de políticas públicas voltadas à educação;
- contribuir para a promoção dos processos de aprendizagem, buscando, juntamente com as equipes pedagógicas, garantir o direito a inclusão de todas as crianças e adolescentes;
- orientar nos casos de dificuldades nos processos de escolarização;
- realizar avaliação psicológica ante as necessidades específicas identificadas no processo ensino-aprendizado;
- auxiliar equipes da rede pública de educação básica na integração comunitária entre a escola, o estudante e a família;
- contribuir na formação continuada de profissionais da educação;
- participar da elaboração de projetos de educação e orientação profissional;
- contribuir em programas e projetos desenvolvidos na escola;
- promover relações colaborativas no âmbito da equipe multiprofissional e entre a escola e a comunidade;
- colaborar com ações de enfrentamento à violência e aos preconceitos na escola;
- propor articulação intersetorial no território, visando à integralidade de atendimento ao município, o apoio às Unidades Educacionais e o fortalecimento da Rede de Proteção Social;
- promover ações voltadas à escolarização do público da educação especial;
- promover ações de acessibilidade;
- propor ações, juntamente com professores, pedagogos, alunos e pais, funcionários técnico-administrativos e serviços gerais e a sociedade de forma ampla, visando a melhorias nas condições de ensino, considerando a estrutura física das escolas, o desenvolvimento da prática docente, a qualidade do ensino, entre outras condições objetivas que permeiam o ensinar e o aprender;
- avaliar condições sócio históricas presentes na transmissão e apropriação de conhecimentos.
- demais funções e atividades relacionadas ao cargo.

COMPETÊNCIA TÉCNICA/COMPORTAMENTAL

Técnica:

- Formação superior completa em Psicologia;

Comportamental:

- Agir com ética e prontidão;
- Demonstrar capacidades convencimento, interpretação, negociação e escuta ativa;

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS USADOS

Livros, internet, jornal, equipamentos de informática, telefone, sala privativa e revistas.

- **01 (um) cargo de ASSISTENTE SOCIAL ESCOLAR:** com carga horária de **30 (trinta) horas semanais**, em conformidade com a necessidade e determinações superiores, com vencimento base de **R\$ 2.271,61 (dois mil, duzentos e setenta e um reais e sessenta e um centavos)**.

ASSISTENTE SOCIAL ESCOLAR	
SETOR/ DEPARTAMENTO:	Código do cargo:
EDUCAÇÃO	
DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO	
Integrar equipes multiprofissionais da rede pública de educação básica para atender necessidades e prioridades definidas pela política de educação, inclusive considerando as diretrizes da rede pública de educação básica e o projeto político-pedagógico dos respectivos estabelecimentos de ensino.	
DESCRIÇÃO DETALHADA DAS FUNÇÕES	
<ul style="list-style-type: none">- assegurar o direito de acesso e de permanência na escola;- garantir condições de pleno desenvolvimento do estudante;- atuar em processos de ingresso, regresso, permanência e conclusão dos estudos do estudante;- ampliar e fortalecer a participação familiar e comunitária em projetos oferecidos pelo sistema de ensino;- viabilizar o direito à educação básica dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, jovens e adultos, pessoas em privação de liberdade, estudantes internados para tratamento de saúde por longo período;- promover a valorização do trabalho de professores e de demais trabalhadores da rede pública de educação básica;- propor estratégias de intervenção em dificuldades escolares relacionadas a situações de violência, uso abusivo de drogas, gravidez na adolescência, vulnerabilidade social;- acompanhar famílias em situações de ameaça, violações de direitos humanos e sociais;	



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITOBI

ESTADO DE SÃO PAULO

- articular a rede de serviços para assegurar proteção de mulheres, crianças, adolescentes, idosos, vítimas de violência doméstica, de intimidação sistemática (bullying);
- oferecer programas de orientação e apoio às famílias mediante articulação das áreas de educação, saúde, assistência social;
- monitorar o acesso, a permanência e o aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda;
- incentivar o reconhecimento do território no processo de articulação do estabelecimento de ensino e demais instituições públicas, privadas, organizações comunitárias locais e movimentos sociais;
- promover ações de combate ao racismo, sexismo, LGBTfobia, discriminação social, cultural, religiosa;
- estimular a organização estudantil em estabelecimentos de ensino e na comunidade por meio de grêmios, conselhos, comissões, fóruns, grupos de trabalhos, associações, federações e demais formas de participação social;
- contribuir para fortalecer a gestão democrática das instituições de ensino.
- divulgar o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto da Igualdade Racial, o Estatuto da Juventude, a legislação social em vigor e as políticas públicas, contribuindo para a formação e o exercício da cidadania do estudante e da comunidade escolar;
- acompanhar o adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas e a respectiva família na consecução de objetivos educacionais;
- fortalecer a cultura de promoção da saúde física, mental, social, sexual, reprodutiva;
- apoiar o preparo básico para inserção do estudante no mundo do trabalho e na formação profissional continuada;
- contribuir na formação continuada de profissionais da educação.
- Contribuir com o direito à educação, bem como o direito ao acesso e permanência na escola com a finalidade da formação dos estudantes para o exercício da cidadania, preparação para o trabalho e sua participação;
- Subsidiar a elaboração de projetos pedagógicos, planos e estratégias, a partir de conhecimentos de políticas sociais, bem como do exercício e da defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- Contribuir para a garantia da qualidade dos serviços aos estudantes, garantindo o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente, contribuindo assim para sua formação, como sujeitos de direitos;
- Participar da elaboração, execução e avaliação de políticas públicas voltadas à educação;
- Contribuir no processo de ensino-aprendizagem de modo a assegurar a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- Contribuir no fortalecimento da relação da escola com a família e a comunidade, na perspectiva de ampliar a sua participação na escola;
- Aprimorar a relação entre a escola, a família e a comunidade de modo a promover a eliminação de todas as formas de preconceito;
- Intervir e orientar situações de dificuldades no processo de ensino, aprendizagem, evasão escolar, atendimento educacional especializado;
- Contribuir com o processo de inclusão e permanência dos alunos com necessidades educativas especiais na perspectiva da inclusão escolar;
- Criar estratégias de intervenção frente a impasses e dificuldades escolares que se apresentam a partir de situações de violência, uso abusivo de drogas, gravidez na adolescência, assim como situações de risco, reflexos da questão social que perpassam o cotidiano escolar;
- Atuar junto às famílias no enfrentamento das situações de ameaça, violação e não acesso aos direitos humanos e sociais, como a própria educação;
- Favorecer o processo de inclusão e permanência do estudante com necessidades educativas especiais;
- Participar de ações que promovam a acessibilidade;
- Fortalecer e articular parcerias com as equipes dos Conselhos Tutelares, CRAS, CREAS, unidades de saúde, movimentos sociais dentre outras instituições, além de espaços de controle social para viabilizar o atendimento e acompanhamento integral dos estudantes;
- Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda;
- Viabilizar o acesso a programas, projetos, serviços e benefícios sociais aos estudantes e suas famílias por meio de rede intersetorial no território, fortalecendo a permanência escolar;
- Realizar assessoria técnica junto à gestão escolar, bem como participar dos espaços coletivos de decisões;
- Contribuir em programas, projetos e ações desenvolvidos na escola que se relacionem com a área de atuação;
- Contribuir na formação continuada de profissionais da rede pública de educação básica.
- demais funções e atividades relacionadas ao cargo.

COMPETÊNCIA TÉCNICA/COMPORTAMENTAL

Técnica:

- Formação superior completa em Assistência Social;

Comportamental:

- Agir com ética e prontidão;
- Demonstrar capacidades convencimento, interpretação, negociação e escuta ativa;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITOBI

ESTADO DE SÃO PAULO

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS USADOS

Livros, internet, jornal, equipamentos de informática, telefone, sala privativa e revistas.

Art. 2º - Os recursos para o atendimento das despesas desta Resolução serão cobertos mediante o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, conforme disposto Lei nº 14.276/21 e alterações, e normatizada através de Decreto do Executivo Municipal.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ITOBI (SP), 07 de dezembro de 2022.

JOAQUIM CÂNDIDO FILHO
PREFEITO DO MUNICÍPIO

Registrada em livro competente e na mesma data publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal.

PAULO ROBERTO MOLINA BASAGLIA
RESP. SECRETARIA